

COOPERATIVISMO E A ADEQUAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL EM PALOTINA - PR

André Luís Vendrame¹

Ernelo Schallenberger²

Resumo: O objetivo dessa pesquisa foi analisar as necessidades, a capacidade de adaptação e as atuais condições e aspirações dos produtores associados à cooperativa C. Vale de Palotina, Paraná, em relação à inserção de suas unidades produtivas ao novo modelo de produção agroindustrial, competitiva e globalizada via cooperativismo. Visando o atendimento dos objetivos, usou-se de literatura especializada em relação ao tema para a construção da base teórica do estudo, bem como de pesquisa de campo via estudo de caso para a caracterização e análise das unidades produtoras e de seu comportamento em relação à questão de pesquisa. A pesquisa revela que a mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada, em grande parte, a setores não ligados à unidade produtiva, sendo que a pluriatividade na agricultura familiar se apresenta como importante elemento para reprodução dessa categoria. A pesquisa assinalou, ainda, a grande concentração da atividade avícola integrada, em propriedades com área superior a 30 alqueires, o que sinaliza a existência de obstáculos à inserção da pequena propriedade neste ramo produtivo. Por último, evidenciou-se a dificuldade que o agricultor familiar de Palotina, bem como de seus representantes sindicalistas e cooperativistas, tem em buscar outra forma de estruturação ou reestruturação da unidade produtiva, para além da proposta do grande mercado, a partir de novos conceitos de produção.

Palavras-chave: Agroindustrialização; Modernização Agrícola; Agricultura Familiar; Cooperativismo.

Abstract: The main goal of this research was to analyze the needs, the capacity of adaptation and the current conditions and aspirations of the members from the cooperative C.vale, from Palotina, Paraná, related to its productive unities inclusion in the new role of production, agro industrial, competitive and globalized, as a cooperative method. In order to achieve the main goals of this study, it was used a literary review related to the theme as a construction of its theory part and a field research as a local study to the characterization and analyze of productive unities and its behavior related to this research. This study reveals that the labor in a small property is related in a high part to the sectors which are not related to the productive unity, in which the pluriativity in the familiar agriculture is represented as an important element to the reproduction of its category. The study pointed that there is a large number of concentration in integrated poultry activity, in proprieties with more than 30 bushels, what indicates the existence of obstacles in the insertion of a small propriety in this productive branch. Lastly, it was evidenced the difficult that the families farmer from Palotina, as its union and cooperative representatives, have in order to seek another way of restructuration of the productive unity, which aims to gain the higher market with new concepts of production.

Keyword: Agroindustrialisation; Agricultural Modernization; Family Agriculture; Cooperative.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Doutor em História; docente do CCHS, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – e estagiário Pós-Doutoral em História pela UFPR.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990, a cadeia produtiva do agronegócio brasileiro vem intensificando os projetos de reconstrução produtiva visando à melhoria da competitividade do setor, buscando alterar a sua característica vivenciada até então de ser competitiva apenas em *commodities*, sendo incipiente em ramos mais dinâmicos de produção (LOURENÇO, 2002).

Para Lourenço (2002), esta postura de reconstrução da forma de produzir decorre da necessidade de aproveitamento das oportunidades abertas por um mercado mundial mais amplo, aberto, globalizado e mais integrado.

Este mercado globalizado induziu as cooperativas, a um grande processo de modernização de sua base produtiva, buscando, por meio desta modernização, a manutenção de sua competitividade, sob pena destas cooperativas serem substituídas ou, simplesmente, eliminadas (LOURENÇO, 2002).

É visível a marcha em direção a projetos de agroindustrialização e tecnificação da agropecuária, ações estas que incentivaram a diversificação das atividades nas unidades produtivas dos cooperados vinculados às cooperativas.

A empresa cooperativa tem suas margens de lucro substancialmente aumentadas pelo processo de industrialização dos produtos primários produzidos pela cadeia a montante, assim como é veraz o aumento da eficiência do processo produtivo. A maior eficiência é derivada de um maior controle pela cooperativa via processo de integração, das atividades e processos produtivos realizados pelo associado em sua unidade produtiva.

Em relação a este tema, Neto (2007) aponta que, para manterem-se no mercado, as organizações cooperativas dependem de um novo arranjo institucional que permita uma diferente relação nos direitos de propriedade, maiores incentivos à eficiência, monitoramento das ações dos associados, relações contratuais mais estáveis, menores custos de transação de coordenação e de governança do empreendimento.

Sob a ótica capitalista, os fatores acima referidos indicam para um modelo eficiente, competitivo e extremamente viável para ser utilizado neste novo contexto de economia global. Entretanto, os questionamentos que surgem a partir deste cenário estão relacionados à capacidade adaptativa dos proprietários e de inserção de suas unidades produtivas a este novo panorama, no que se relaciona primordialmente ao acesso à tecnologia, investimentos e à capacitação.

O cooperativismo agroindustrial está alicerçado sob as bases do capitalismo, tendendo, assim, a privilegiar o grande mercado, fazendo com que suas ações sejam direcionadas para as unidades produtivas que estejam inseridas, ou aptas a se inserir, nesta nova dinâmica de mercado. Com estes questionamentos em mente, buscou-se a caracterização do problema de pesquisa e possíveis hipóteses.

Torna-se relevante a análise da abrangência destas ações cooperativas, de acordo com o perfil social, econômico e cultural de seus associados, assim como a percepção destes no que tange a sua capacidade de inserção neste novo modelo, construindo, desta forma, um aparato teórico que sirva de base para futuras ações que busquem a manutenção da relação entre cooperativa e associado, objetivando o crescimento econômico/social destes atores.

Visando alcançar os resultados propostos, delimita-se como premissa fundamental do estudo a análise das necessidades, da capacidade de adaptação e das atuais condições e aspirações dos produtores associados à cooperativa C.Vale de Palotina, Paraná, em relação à inserção de suas unidades produtivas ao novo modelo de produção agroindustrial, competitiva e globalizada via cooperativismo.

Neste estudo utilizou-se de literatura especializada em relação ao tema para a construção da base teórica do estudo, bem como de pesquisa de campo via estudo de caso para caracterização e análise das unidades produtoras e de seu comportamento em relação ao objeto da pesquisa.

1 O COOPERATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL

Os números do cooperativismo brasileiro divulgados pela OCB (2012) revelam a sua importância para a economia, sendo que, em dezembro de 2011, existiam no Brasil 6.586 mil cooperativas com registro na OCB.³

As cooperativas agropecuárias são as mais numerosas, com 1.523 mil unidades, seguidas das de transporte, com 1.088 mil unidades. Quanto ao número de associados, utilizando as mesmas informações da OCB base 2011, chegou-se ao número de 10.008.835 milhões de cooperados em todos os ramos de atividade cooperativa.

Com relação à localização das cooperativas, a Região Sudeste destaca-se com o maior número, a Região Sul ocupa o terceiro lugar em quantidade de cooperativas.

Em relação à participação de todas as cooperativas do Brasil nas exportações, no ano de 2013 as mesmas atingiram a sua maior marca da série pós 2007, tendo um aumento de 2,7% em relação a 2012, aumentando, conseqüentemente, o saldo positivo da balança comercial das cooperativas. Entre os principais produtos da pauta de exportação das cooperativas brasileiras estão: açúcar, soja em grão, carne de frango, farelo de soja, etanol e café em grãos (MDIC, 2013).

É relevante observar que os principais produtos exportados pelas cooperativas brasileiras estão relacionados à agroindústria e agricultura, evidenciando a importância desta base produtiva e da organização cooperativa agroindustrial para a economia nacional.

O Estado do Paraná merece destaque, uma vez que este foi responsável, em 2013, por 39% das exportações das cooperativas brasileiras. Tendo em vista que a pauta de exportações brasileiras é liderada por produtos de origem agrícola e agroindustrial, reitera-se a importância do Estado do Paraná nestes ramos produtivos, dado sua representatividade no volume total das exportações brasileiras.

1.1 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

A agroindustrialização nos moldes de atividade econômica inserida no contexto do agronegócio brasileiro foi analisada enquanto forma de organização produtiva a partir da década de 80. Conforme estudos de Lauschner (1995), esta foi caracterizada, primeiramente, como um complexo agroindustrial, tomando forma e evoluindo nas suas relações de produção, industrialização, armazenamento e comercialização, passando a caracterizar um sistema agroindustrial, tendo em sua formação diversos setores econômicos produtivos inter-relacionados.

Furtado (2002) afirma que, no Brasil, o setor primário evoluiu a partir dos ciclos econômicos até atingir o estágio da agroindustrialização, sendo que o agronegócio é indiscutivelmente impulsionado pela produção de mercadorias de exportação e pela agregação de valor aos produtos *in natura* por intermédio da agroindustrialização.

As cooperativas agropecuárias brasileiras caracterizam uma forma organizacional de extrema importância para o agronegócio nacional, pois estas instituições são formadas por produtores rurais que buscam opção para armazenagem, comercialização da produção, oportunidade de ganhos de escala e poder de barganha, fatores estes possíveis de serem alcançados devido ao volume de comercialização da instituição ser mais representativo do que a comercialização individual dos associados. A possibilidade de industrialização da matéria-prima pelas agroindústrias cooperativas permite agregação de valor ao produto primário, tendo como consequência uma maior rentabilidade da unidade produtiva agropecuária (NETO, 2007).

O processo de integração/concentração de organizações cooperativas, se bem geridas, respeitando os reais objetivos para os quais foram criadas, geram uma ação que reforça as condições para melhor redistribuição da renda e das oportunidades dentre os seus cooperados, como afirma Schneider (2013). O autor refere o cooperativismo como uma resposta para os problemas impostos

³ Após a Constituição de 1988 as cooperativas não são mais obrigadas a registros.

pela globalização, uma vez que tem um grande potencial de gerar empregos e servir de contrapeso à concentração de riquezas.

Mas, da mesma forma que a economia global passa por mudanças, as organizações cooperativas também estão expostas a este novo cenário. Para Neto e Pinto (2012), o agronegócio brasileiro evoluiu nas últimas décadas tanto nas áreas já consolidadas como nas novas fronteiras agrícolas, não somente em volume de produção e produtividade nas propriedades, mas também em desempenho, tecnologia e estratégias das empresas agroindustriais, adotando ousadas estratégias de gestão, incluindo fusões e incorporações.

Este fenômeno, aliado às novas tendências de gestão, deixou a propriedade rural familiar e a unidade agroprocessadora de pequeno porte em segundo plano, ficando a margem das oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico, pois estas unidades produtivas não são o foco dos sistemas agroindustriais (BATALHA; FILHO, 2005).

Se as cooperativas, em nome do princípio da integração, buscam na concentração ganho de escala, produtividade e aumento de competitividade, para Schneider (2013), tal concentração no cooperativismo não representa a exclusão, como no modelo capitalista.

É de conhecimento que esta premissa hoje é bastante contestável, visto que, para o ingresso das propriedades rurais na cadeia agroindustrial via processo de integração, é necessário um grande dispêndio de capital para investimento em infraestrutura e adequação das atividades às exigências da integradora, além de capacitação e mão de obra qualificada.

Mas é evidente que o processo de agroindustrialização tem grande relevância no agronegócio brasileiro, quando observada a sua representatividade na organização da cadeia produtiva e na agregação de valor aos produtos primários oriundos das unidades produtivas agropecuárias, contribuindo, desta forma, para o aumento da eficiência destes processos (NYCHAI, 2005).

O mesmo autor fundamenta que, na pauta de exportação, os produtos *in natura* são suscetíveis a preços baixos, principalmente se forem consideradas as constantes variações da taxa de câmbio, sendo que os produtos agroprocessados apresentam incremento de preços, e menor variação de mercado, ratificando a importância da agroindustrialização para a economia do agronegócio brasileiro.

No ramo de produção agropecuária, mesclam-se as funções dos setores econômicos para obter bons resultados e usar de todos os recursos e elos que cada um pode oferecer, sendo que, no sistema do agronegócio, cada setor tem funções a desempenhar, de modo que a inter-relação é fator crucial devido à grande interdependência dos elos deste sistema. Para Nychai (2005), cada elo, ou cada setor, produz resultados específicos, mas a inter-relação dos setores da atividade econômica, transformando-se numa cadeia de relações produtivas, é o que pode oferecer mais benefícios ao produtor e ao consumidor.

A discussão em torno da inserção da pequena propriedade rural neste novo âmbito do agronegócio configura-se, para Nychai (2005), como alternativa para a geração de renda, visto que, por meio do processo de agroindustrialização, a pequena propriedade pode atingir certa competitividade para os produtos *in natura* após passarem por algum processamento. Assim, fundamenta-se que a agroindustrialização, sob a ótica de resultado econômico-financeiro, pode trazer um novo ânimo à propriedade rural familiar.

Torna-se relevante a análise da capacidade de adaptação e inserção destas pequenas unidades produtivas a esta nova forma de organização produtiva, sendo que Nychai (2005) afirma, ainda, que um grande desafio será contornar o fato de que o agronegócio, e o ramo de produção agroindustrial, estejam associados às grandes escalas de produção e aos grandes negócios realizados no contexto da agropecuária.

Em contraponto a esta visão, para Batalha e Filho (2005), a pequena unidade de produção, a qual busca a manutenção de sua base produtiva, tem como alternativa de renda a produção voltada à pequena escala e à utilização de mão de obra familiar, buscando trabalhar com atividades focadas na diferenciação dos produtos processados na propriedade rural familiar e na diversificação da produção.

Ao caracterizar as cooperativas agropecuárias brasileiras, Neto (2007) aponta que grande parte tem aspectos em comum, como, o grande número de cooperados, a baixa escolaridade dos associados,

relativa dependência financeira a capital externo e, em sua maioria, baixa rentabilidade sobre o patrimônio.

Tendo em vista este perfil de cooperativas, o grande número de pequenas propriedades e a importância das mesmas para a região oeste do Paraná e para o agronegócio brasileiro, fica evidente a necessidade de pesquisa, análise e monitoramento deste processo de agroindustrialização da agricultura, e em específico das pequenas unidades produtivas rurais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de caso teve como base os associados da C.Vale, Cooperativa do ramo Agroindustrial localizada na Mesorregião Oeste do Paraná. A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de conceituar e diagnosticar aspectos relacionados ao cooperativismo e suas atribuições. Valeu-se da pesquisa de campo exploratória para coleta de dados quantitativos, mas, sobretudo qualitativos, gerados através de entrevistas semiestruturadas com os associados da cooperativa em questão.

Para Gil (1987), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esta forma de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudo de caso, entre outros.

Por outro lado, para Richardson (1989), a abordagem qualitativa é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Para o autor, tal abordagem é utilizada em situações complexas ou particulares (estudo de fatos do passado, análise de atitudes ou motivações). As pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevista.

O objetivo da pesquisa centra-se na análise da capacidade de adaptação das unidades produtivas familiares à lógica da produção em escala e da agroindustrialização. Para tanto, na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com pequenos produtores de propriedades da agricultura familiar, assim como com produtores de médias propriedades, visando à caracterização dos diferenciais produtivos e organizacionais de cada perfil de produção. O objetivo deste método de coleta de dados centra-se na possibilidade de identificação das divergentes formas de produção entre os atores entrevistados, identificando, assim, os aspectos diferenciais e as alternativas adotadas pela pequena propriedade para coexistir neste ambiente competitivo e excludente da agricultura.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 20 de abril e 18 de junho de 2014. Os associados em questão foram escolhidos de forma aleatória tomando como base os registros de produtores rurais junto à prefeitura municipal de Palotina, sendo que a mesma utiliza como referência a base de dados do IBGE. Segundo dados do IBGE relacionados ao Censo Agropecuário 2006, em Palotina existem 1.421 mil unidades produtoras rurais, sendo que, destas, foram realizadas entrevistas em 28 unidades produtivas, subdivididas em pequenas e médias propriedades. Uma fração destas propriedades possui atividades ligadas ao processo agroindustrial de transformação da cooperativa (processamento industrial de aves, suínos e leite), e, de forma geral, todos realizam atividade de produção de commodities de soja e milho.

3 A CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS, AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

De acordo com o caracterizado na metodologia, a pesquisa de campo não se direcionou somente a pequenas propriedades, de modo que foram visitadas, também, propriedades fora do contexto da Agricultura Familiar, visando uma maior abrangência da amostra e possibilitando a construção de uma visão diferenciada da realidade pesquisada.

Segundo dados do INCRA (2014), os imóveis rurais se classificam quanto ao tamanho, sendo que a pequena propriedade é o imóvel que tem entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, a média

propriedade está compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais e a grande propriedade trata-se do imóvel com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Considerando que o módulo fiscal para o município de Palotina, segundo classificação do INCRA, é de 18 hectares, as propriedades da amostra caracterizam-se, em sua maioria, 68% de pequenas propriedades.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E MEMBROS DA FAMÍLIA

Em relação à idade dos proprietários rurais, observa-se grande concentração da amostra nas faixas etárias superiores a 40 anos, caracterizando 96% da amostra. Esta análise evidencia a experiência do grupo em relação às atividades realizadas, mas também demonstra um desequilíbrio etário relacionado ao número de pessoas jovens a frente da exploração de atividades agropecuárias.

Os filhos dos proprietários com 18 anos ou mais são caracterizados por indivíduos que exercem distintas funções dentro ou fora da propriedade agrícola. Pelos dados da pesquisa, observa-se que, embora os filhos dos proprietários, em alguns casos, já tenham constituído família e não moram mais com os pais, os mesmos continuam trabalhando na propriedade e nas atividades ligadas a ela, mas não como proprietários legais da unidade produtiva, tampouco na qualidade de responsáveis pela gestão e administração da mesma, pois tal unidade ainda está centralizada na base da família.

A mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada, em grande parte, a setores não ligados a unidade produtiva. Aliado a essa tendência, observa-se que o índice de trabalho pluriativo é superior na amostra das pequenas propriedades quando comparado ao dos dados gerais. Ratifica-se, assim, a tendência apresentada de uma lacuna etária no comando das unidades produtoras, visto que, em grande parte das pequenas propriedades visitadas, as atividades das mesmas são realizadas pelo proprietário, esposa e por mão de obra terceirizada.

Essa tendência de permanência apenas do casal na formação do núcleo familiar e no desenvolvimento das atividades da propriedade, foi verificada em 36,84% das pequenas propriedades. Essa característica é resultado de, basicamente, dois fatores: O primeiro relaciona-se a saída dos filhos mais novos para estudo e trabalho em atividades não ligadas à propriedade, e o segundo relaciona-se a constituição de família pelos filhos mais velhos e busca de novas formas de renda, visto que a pequena unidade familiar não gera a rentabilidade necessária para o sustento de todos.

Evidenciou-se durante a pesquisa que muitas das pequenas unidades produtivas possuem, ou já possuíram, interesse na diversificação de atividades, ou no aumento de produtividade das atividades já realizadas na propriedade, mas, segundo dados da pesquisa, é fato que as mesmas não dispõem dos recursos necessários ao investimento e não possuem condições (capital, bens, garantias legais) que os possibilite acesso a linhas de crédito para investimento em tais atividades.

As médias propriedades apresentam três características bem diferenciadas e relevantes para análise.

A primeira está relacionada à parcela de filhos que trabalham apenas nas atividades da propriedade, sendo que, nesta amostra, este número atinge em torno de 50%. Este mesmo índice, na amostra das pequenas propriedades representa aproximadamente 12%, caracterizando, assim, que a viabilidade econômica da unidade produtiva é um fator determinante para a manutenção da mão de obra da família nas atividades produtivas.

A segunda característica está relacionada à formação acadêmica, na amostra das pequenas propriedades, o índice de filhos que se dedicavam somente ao estudo foi de 2%, já na amostra relacionada às médias propriedades este número atinge 15%; estes valores concentram-se na idade escolar relacionada à faculdade, visto que, na pequena propriedade, a necessidade de trabalhar e estudar são proeminentes.

Pode-se observar que existe a preocupação para que os filhos alcancem níveis educacionais superiores aos dos pais, visando à possibilidade de inserção no mercado de trabalho através de outras atividades e/ou profissões por meio da qualificação, não alicerçando, assim, as possibilidades dos mesmos a atividade agrícola.

3.3 A PRODUÇÃO INTEGRADA E POSICIONAMENTO DAS UNIDADES PRODUTIVAS EM RELAÇÃO À MESMA

O processo de agroindustrialização da produção tem como objetivo a industrialização da matéria-prima pela cooperativa, buscando, desta forma, agregar valor a este produto primário, visando o aumento da rentabilidade das atividades agropecuárias. Além de maior valor agregado, o aumento da receita de produção resulta do volume de comercialização da instituição ser mais representativo do que a comercialização individual dos associados.

Para tanto, se buscou na pesquisa a caracterização dos processos de integração produtiva oportunizados pela cooperativa C.Vale. Na atualidade, a cooperativa oferece aos sócios via processo de integração produtiva (mediante adequação às normas estabelecidas pela integradora) o acesso à produção de Aves de Corte para a industrialização no Complexo Avícola C.Vale, produção de leitões e engorda de suínos para abate, assim como produção de leite para a industrialização, em parceria com a Cooperativa Frimesa⁴.

Visado à caracterização do processo de integração da cooperativa, buscaram-se algumas análises. No Gráfico 1, pode-se observar a caracterização das propriedades em relação à integração de processos produtivos, e a estratificação fundiária das unidades integradas à Cooperativa C.Vale.

Observa-se maior número de propriedades integradas com área inferior a 72 hectares. Este fenômeno é resultado da maior concentração de pequenas propriedades na amostra da pesquisa, as mesmas somam aproximadamente 68% do total.

Em relação às atividades integradas das pequenas propriedades, verificou-se maior presença da atividade de bovinocultura leiteira. Esta maior concentração é derivada do menor investimento necessário para a implantação, além do tradicionalismo dos associados em tal atividade, bem como a possibilidade de execução em pequena escala e a utilização da mão de obra familiar para desempenho da mesma.

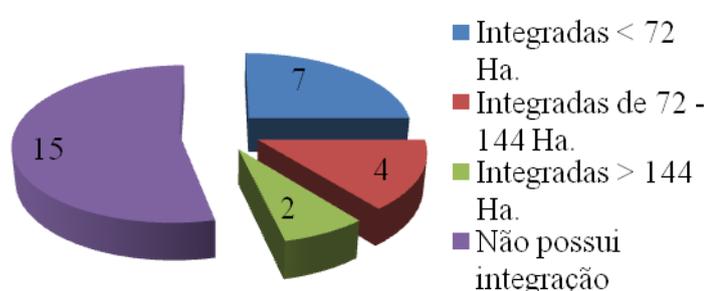
O maior número de pequenas propriedades representa uma constatação em relação à classificação fundiária do município de Palotina como um todo, visto que, como fundamentado na pesquisa bibliográfica, a delimitação das terras desta região foi realizada de tal forma que privilegiasse a ocupação pela pequena propriedade, o que pode ser visualizado até os dias atuais.

O grande número de propriedades que não possuem atividades integradas à cooperativa, aproximadamente 54% da amostra, é, em sua maioria, das unidades produtivas formadas pelas pequenas propriedades. De acordo com a pesquisa de campo, esta tendência é resultante de, basicamente, três pontos primordiais, acerca dos quais discorreremos a seguir.

O primeiro relaciona-se ao alto valor de investimento inicial destas atividades (principalmente na atividade de Avicultura), sendo que o mesmo não é financiado pela cooperativa, ficando o produtor submetido às exigências e taxas de juros das instituições financeiras.

O segundo refere-se à disponibilidade de mão de obra, que, nas pequenas propriedades, encontra-se primordialmente direcionada às atividades não ligadas à unidade produtiva. Ao serem

Gráfico 1 - Organização Produtiva e Classificação Fundiária das Propriedades.



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁴ Segundo informações da Frimesa, as cooperativas da região oeste procuraram as lideranças da Sudcoop com uma proposta de compra da massa falida do Frigorífico Medianeira S/A. Uniram-se Coagro (Capanema), Cotrefal, hoje Lar (Medianeira), Copagril (Marechal Cândido Rondon) a extinta Coopagro, atual Primato (Toledo), Copacol (Cafelândia) e C.Vale (Palotina), para fundar a atual Frimesa. Disponível em: <http://www.frimesa.com.br/br/frimesa_apresentacao.php>. Acesso em: 10 ago. 2015.

questionados em relação à contratação de mão de obra temporária ou algum tipo de terceirização do trabalho relacionado às atividades integradas, os produtores enfatizaram que, mesmo sendo atividades de produção em escala, a tendência de reduzidas margens de lucro proporcionadas pelas mesmas, inviabilizam a utilização de mão de obra externa a propriedade, sendo que, para tanto, seria necessária a implantação de vários aviários, grandes granjas de suínos, assim como um grande rebanho leiteiro, o que inviabilizaria ainda mais o investimento inicial das atividades.

O terceiro relaciona-se às exigências ambientais para a implantação de tais atividades, como sublinha Zilli (2003): “a produção intensiva de animais, em algumas áreas, pode ser desestimulada devido à relevância da questão ambiental imposta aos produtores, ainda que seja economicamente viável”.

As unidades produtivas que possuem integração com a cooperativa C.Vale exercem, em sua totalidade, outras atividades não integradas, sendo que a atividade de agricultura comercial está presente em todas as propriedades integradas, demonstrando, assim, a relevância da mesma para a formação da renda dessas unidades produtivas, sejam elas de pequeno ou médio porte. Evidencia-se, desta forma, que a produção de *commodities*, ainda que proporcionando reduzidas margens aos pequenos proprietários, não cedeu espaço a outras atividades produtivas.

O índice de propriedades de pequeno porte que possuem pecuária leiteira integrada à cooperativa é superior ao das médias propriedades. Este fenômeno resulta, primeiramente, da necessidade da compra a prazo dos insumos relacionados à produção, visto que, para produtores integrados, a cooperativa cria a chamada “conta leite”, por meio da qual o produtor adquire os produtos necessários à atividade em determinado período e estes são descontados da remuneração da atividade no mês subsequente; resulta, ainda, pelo uso de mão de obra familiar e menor investimento inicial da atividade, se comparado à avicultura e suinocultura.

Em contrapartida, evidencia-se na amostra a tendência de menor investimento da média propriedade na atividade de pecuária leiteira integrada, característica essa derivada de dois fatores: o primeiro relaciona-se ao grande dispêndio com a mão de obra necessária para a atividade em contrapartida da rentabilidade da mesma via integração; o segundo fator constitui-se pela sazonalidade do mercado de laticínios, o que torna a atividade suscetível às flutuações do mercado, visto que a integração produtiva, da forma como que é realizada pela integradora, não garante um preço mínimo pago ao produtor.

Observa-se, ainda, a realização das atividades de piscicultura, não integrada, prestação de serviços e a produção de bens de consumo, visando à diversificação produtiva.

Em relação ao total de pequenas propriedades da amostra (22 propriedades), 15 (quinze) destas não possuem atividades integradas à cooperativa C.Vale. Observou-se que, assim como nas propriedades integradas, nas não integradas a agricultura comercial é determinante para a formação da renda dessas unidades produtivas, sejam elas de pequeno ou médio porte.

A atividade leiteira, ao contrário do modo de produção integrada, agora é mais presente nas médias propriedades, tendência justificada pela falta de segurança em relação à rentabilidade da atividade no modelo integrado, de modo que, devido à maior capacidade de investimento das médias propriedades, a atividade torna-se mais rentável fora do processo de integração. Aliado a este fator, soma-se o menor controle fora da integração sobre as técnicas de manejo dos animais, infraestrutura produtiva, armazenamento da produção, estrutura de ordenha e diferenciação de produto⁵.

Em relação à produção de suínos, observou-se que, mesmo a cooperativa oportunizando a possibilidade de integração desta atividade, a mesma é realizada de forma autônoma pelas propriedades, sendo justificada pela dificuldade de adequação das estruturas produtivas já existentes ao padrão das instalações exigidas pela integradora, aliado à baixa remuneração paga no sistema de integração.

⁵ Na produção integrada, de acordo com os produtores, além dos testes de qualidade do produto (leite), é analisado o índice de gordura e outros fatores que determinam a classificação do mesmo quanto às normas estabelecidas pela empresa processadora, tendo em vista o segmento de mercado e para que fim o produto será direcionado, sendo o produtor penalizado no preço/litro caso este não atinja os níveis pré-estabelecidos.

Nas pequenas propriedades, a diversificação das atividades é limitada à mão de obra familiar disponível. Observou-se, ainda, que, além da atividade de produção de soja e milho, as pequenas propriedades realizam uma ou, no máximo, duas atividades complementares (criação de suínos, peixes, leite, ou bens de consumo/venda do excedente).

3.4 A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A SUA INFLUÊNCIA NA RENDA DAS PROPRIEDADES

O processo de integração produtiva via cooperativismo objetiva proporcionar alternativas de diversificação e renda às propriedades rurais e, neste sentido, verificou-se a percepção dos associados em relação à cooperativa C.Vale e à agroindustrialização.

Observa-se pelas entrevistas que a melhora da rentabilidade das propriedades é mais perceptível pelo grupo de agricultores com propriedades de médio porte, sendo que, na pequena propriedade, o grupo se divide entre os que perceberam alguma melhoria nas atividades e na renda e os que não observaram nenhuma mudança nas suas unidades produtivas.

Corroborando com a análise de que a atividade integrada, de forma geral, torna-se mais rentável na média propriedade, pode-se citar que, em relação ao número de aviários presentes na amostra, aproximadamente 60% das granjas estão localizadas nas médias propriedades, visto que estas representam apenas 32% da amostra, gerando uma concentração de 2,55 aviários por propriedade. Nas pequenas propriedades esta concentração cai para 0,79 aviário por propriedade.

Evidenciou-se na pesquisa a falta de interesse da empresa integradora em relação à elaboração de um estudo de viabilidade econômica das atividades integradas, visando à obtenção de índices de escala mínima de produção, rentabilidade das atividades, capacidade de investimento das propriedades e demais informações básicas necessárias e imprescindíveis a qualquer interessado a ingressar em tais atividades produtivas.

Torna-se relevante ressaltar que os dados em relação à rentabilidade e influência do processo de integração consistem em informações fornecidas pelos associados, e que, durante a pesquisa, poucas foram as propriedades visitadas que possuíam algum *software* de gestão financeira e de produção, ou alguma forma similar de controle financeiro e/ou das atividades produtivas. Deste modo, reconhece-se, então, que os dados utilizados podem ser aproximados.

Ainda no que tange à renda, a agricultura comercial, até então, é a atividade que mais gera renda, sendo mais significativa nas médias propriedades. As principais culturas desenvolvidas nesta atividade são os grãos, especialmente as *commodities* de soja, milho e trigo. Nas propriedades que realizam atividade de bovinocultura de leite paralela à agricultura, esta serve de complemento à atividade leiteira, visto que, no inverno, parte da cultura de milho é utilizada para produção de silagem, visando suprir a alimentação do rebanho.

Observa-se que, nas pequenas propriedades, a agricultura comercial representa menos da metade dos rendimentos da unidade produtiva, demonstrando, desta forma, uma maior diversificação das atividades e da formação da renda nesta classificação fundiária, como também os maiores custos operacionais da atividade agrícola na pequena propriedade se comparados aos da média propriedade, fenômeno este explicado pela relação inversa entre escala de produção e custos.

A avicultura de corte é a segunda maior formadora de renda das pequenas e médias propriedades. Em relação a este dado, é relevante analisarmos que, na pequena propriedade, devido à sua menor área de plantio, as atividades de produção de grãos têm suas margens prejudicadas, sendo a avicultura uma via alternativa.

Identificou-se na pesquisa a indignação dos pequenos produtores no que tange à inviabilidade da atividade avícola, visto que, segundo os mesmos, tal atividade não gera a remuneração necessária à quitação dos financiamentos adquiridos para a implantação das granjas. Ainda segundo os produtores, as pequenas propriedades que conseguem se inserir no contexto da avicultura de corte integrada, ainda que após a quitação do financiamento referente à implantação da atividade, têm a lucratividade elevada, se feita uma análise em longo prazo.

Os recursos previdenciários, a venda de mão de obra em períodos de safra e as atividades pluriativas desempenhadas somam 10,5% dos rendimentos das unidades produtivas.

O processo de modernização e tecnificação da agricultura transformaram drasticamente as técnicas de produção e o trabalho na lavoura. Vive-se no momento da agricultura tecnológica, com técnicas de precisão em adubação e correção do solo. Massificou-se o uso de sementes de alto valor agregado, necessitando técnicas de plantio que possam extrair ao máximo o seu potencial produtivo.

As aplicações de agrotóxicos obedecem a parâmetros ambientais, visando à preservação da fauna e flora, a tecnologia de aplicação influencia diretamente na qualidade da aplicação realizada, o que repercute diretamente em custos. Na colheita, a utilização de colhedoras automotrizes modernas proporciona o aproveitamento máximo da produção, sem desperdícios do produto acabado, e em tempo hábil, visando à garantia de qualidade do produto final.

Para tanto, são necessários investimentos em maquinários, o que inviabilizaria as pequenas unidades produtivas. Neste contexto é que surge o mercado de prestação de serviços agrícolas, via terceirização de processos produtivos, proporcionando aumento de renda às propriedades que possuem os maquinários e os utilizam para a prestação de serviços às unidades produtivas que terceirizam tais processos.

As pequenas propriedades buscam via terceirização de processos produtivos a inserção no mercado de produção de *commodities*. Neste contexto a terceirização surge como alternativa a dois fatores primordiais. O primeiro relaciona-se à inviabilidade de investimento da pequena propriedade na atividade agrícola. A produção de grãos, pós-modernização da agricultura, está ligada ao grande uso de máquinas de alto valor agregado que se viabilizam somente em grandes áreas de produção, sendo que a pequena propriedade ficaria totalmente alheia a este processo caso não terceirizasse, ainda que parcialmente, as suas atividades produtivas. Já o segundo fator centra-se na questão da mão de obra, já que os filhos dos pequenos produtores exercem as mais distintas ocupações, sendo que apenas 11% dos mesmos dedicam-se em tempo integral às atividades da propriedade, e, aliado a este dado, observou-se que 43% dos proprietários entrevistados possuem idade superior a 60 anos. Neste caso, a terceirização foi a alternativa encontrada pelos produtores para manterem ativa a atividade agrícola em suas propriedades.

Aproximadamente 71% das propriedades entrevistadas terceirizam, no mínimo, uma parte de seus processos produtivos, e em torno de 29% das propriedades não terceirizam nenhuma atividade. Torna-se relevante observar que a parcela da amostra que não terceiriza nenhum processo produtivo é está inserida nas médias propriedades que possuem todo o aparato tecnológico necessário à produção.

A terceirização é caracterizada pelos pequenos produtores como uma alternativa para a manutenção da atividade agrícola, uma vez que os permite ter acesso às novas tecnologias de produção sem investimento em compra de maquinários, mas a mesma acaba gerando custos adicionais à atividade no curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa fundamental do estudo centrou-se na análise da formação familiar, no comportamento associativo, na formação da renda e na configuração do espaço produtivo das unidades de produção associadas à cooperativa C.Vale de Palotina, Paraná.

As unidades produtivas entrevistadas formam-se, em sua maioria, de pequenas propriedades. Estes núcleos produtivos são constituídos predominantemente pelo agricultor proprietário residente na unidade produtiva, dispondo, basicamente, da mão de obra familiar para a realização das atividades na propriedade.

Nas pequenas propriedades, onde o núcleo familiar é formado somente pelo casal, o trabalho cotidiano é realizado pelos mesmos; já as atividades de produção ligadas à agricultura comercial (soja e milho) são realizadas, em sua maioria, via terceirização de produção.

A mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada, em grande parte, a setores não ligados à unidade produtiva, observando-se, ainda, o elevado índice de trabalho pluriativo das pequenas propriedades, sendo superior ao da amostra das médias propriedades.

A pluriatividade na agricultura familiar se apresenta como elemento de complementação da renda para essa categoria, visto que esta, somada ao recebimento de recursos previdenciários, representa mais de 10% das receitas obtidas pelos membros dos núcleos familiares, especialmente cônjuges e filhos, gerando a percepção da necessidade de complementação da renda obtida na agropecuária.

O setor rural atual é cenário da evasão do público jovem, especialmente aqueles que apresentam nível de escolaridade mais elevado, demonstrando que os jovens, candidatos a sucessores titulares das unidades produtivas, estão se afastando do espaço rural em troca da execução de atividades não agropecuárias no espaço urbano, tendência que é agravada pela incapacidade das instituições ligadas à categoria em proporcionar alternativas de renda e trabalho que visem a permanência do jovem no campo.

Em consonância a esta visão, de acordo com os entrevistados, a baixa remuneração proporcionada pelas pequenas propriedades nos dias atuais é o principal motivador à evasão do público jovem. As pequenas unidades produtivas não dispõem dos recursos necessários ao investimento na diversificação de atividades, ou aumento da produtividade das atividades já realizadas na propriedade, mesmo que via integração de produção, o que, segundo a pesquisa de campo, não é garantia de aumento de renda, dado o volume de investimentos necessários, a necessidade de escala de produção e mão de obra.

A incapacidade de adaptação e/ou inserção aos novos mercados e arranjos produtivos está diretamente relacionada à falta de incentivo da entidade cooperativa em relação ao fomento das atividades da pequena propriedade. Ainda caracterizou-se na pesquisa um nivelamento de objetivos e gestão da empresa cooperativa com as de mercado, sendo este mais um fator motivador da não adesão a associação dos produtores mais jovens à cooperativa, e do não investimento por parte dos produtores em atividades como a avicultura e suinocultura, uma vez que não há nenhuma garantia de lucratividade de tais atividades.

Em relação às atividades produtivas internas às propriedades, pode-se analisar que as atividades pecuárias representam menor expressão em valor agregado à renda total se comparada às agrícolas. Estas atividades fazem parte do conjunto de diversificação da unidade familiar e demandam mão de obra mais intensa e frequente. Diante deste cenário, as atividades agrícolas representadas pela produção de grãos, especialmente as culturas de soja e milho, aparecem como sendo as principais atividades das propriedades, estando a produção destas culturas intimamente relacionadas à conjuntura do mercado nacional e internacional.

Estas atividades produtivas, aliadas à integração agroindustrial, com marcante presença dos complexos agroindustriais da avicultura de corte, são as responsáveis, em grande medida, pela vulnerabilidade da produção e da renda das pequenas propriedades.

A atividade avícola é realizada apenas em 44% das pequenas propriedades, perante o seguinte cenário: em 17% delas a atividade avícola foi implantada em substituição a outras atividades, como, por exemplo, agricultura e pecuária, sendo que os valores referentes à venda dos bens e insumos das atividades anteriores foram reinvestidos na nova atividade. As demais pequenas propriedades (27%) que trabalham com avicultura integrada têm esta atividade como complementar às já realizadas em suas unidades produtivas.

Neste contexto, é possível afirmar que a atividade integrada de avicultura se contextualiza como forma alternativa de renda em apenas 27% das pequenas propriedades. A atividade avícola é caracterizada como a agricultura comercial pela necessidade de produção em escala e grande necessidade de capital para investimento. A pesquisa de campo assinalou a grande concentração da atividade avícola em propriedades com área superior a 30 alqueires, caracterizando, assim, a dificuldade de inserção da pequena propriedade neste ramo produtivo.

A agricultura comercial, ainda que vulnerável ao mercado e ao clima, é a atividade que mais gera renda, tanto nas pequenas quanto nas médias propriedades. As principais culturas desenvolvidas nesta atividade são os grãos, especialmente as *commodities* soja, milho e trigo.

A prestação de serviços tornou-se uma atividade complementar para a renda das unidades agropecuárias que investiram nesta atividade, sendo, pois, importante para a manutenção da rentabilidade e competitividade das mesmas.

Neste contexto, ressalta-se, ainda, que as alternativas criadas pelos produtores e a combinação de atividades na propriedade e extrapropriedade não têm sido suficiente para a manutenção dos descendentes nos núcleos da agricultura familiar. Observa-se claramente nas pequenas propriedades o processo de esvaziamento do campo pela parcela da população mais jovem, a qual não tem encontrado condições suficientes para se inserir na lógica da produção familiar, de modo que a mesma possa lhe oferecer sustentabilidade econômica.

O setor rural atual não pode mais ser compreendido somente a partir dos mecanismos internos da atividade agrícola, como a partir da propriedade da terra, das técnicas de produção, da segmentação de mercado e do posicionamento do produtor em relação a elas. As políticas públicas direcionadas ao setor, por intermédio de seus órgãos de classe, como cooperativas e sindicatos, não se configuram visando à manutenção da produção e o incentivo às novas possibilidades de renda para as propriedades, visto que estas estão atreladas a subordinação da agricultura à mercantilização de sua produção e, quiçá, de sua propriedade.

Percebe-se, assim, a dificuldade que o agricultor familiar de Palotina, bem como seus representantes sindicalistas e cooperativistas, têm em vislumbrar, para além da proposta do grande comércio, uma nova forma de estruturar ou reestruturar a unidade produtiva a partir de novos conceitos de produção.

Já com relação ao futuro do rural, torna-se evidente a necessidade da agricultura familiar reestruturar-se ao tempo e espaço das novas formas de produção. Para tanto, se faz necessário que as políticas públicas, assim como as cooperativas e sindicatos, assumam o papel de articuladores desse processo.

Por fim, embora as perspectivas aqui apontadas abram um leque para trabalhos futuros, os apontamentos aqui expostos não devem ser generalizados para outras localidades, tratando-se especificamente do caso em questão.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O; FILHO, M. S. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Paulo: EdUFScar, 2005.

CVALE/ASSESSORIA DE IMPRENSA. **Produtos e Serviços Cvale**. Disponível em: <<http://www.cvale.com.br/armazenagem.html>>. Acesso em: 05 julh. 2014.

FURTADO, R. **Agribusiness brasileiro: a história**. São Paulo: Evoluir, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Informações sobre os municípios do Brasil. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=411790&search=parana|palotina|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno Estatístico Município de Palotina. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=8595_0&btOk=ok>. Acesso 15 dez. 2013.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995. 296 p.

LOURENÇO, G. M. Agronegócio no Paraná: oportunidades e ameaças. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F.(Orgs.). **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). *Exportações de Cooperativas e do Agronegócio 2013*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 15 julh. 2014.

NETO, S. B. Um ensaio sobre a análise de desempenho em cooperativas agropecuárias. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, VII, 2007, FEA-USP. **Anais...** São Paulo, 2007.

NETO, S. B; PINTO, A. K. Evolução do Agronegócio e do Cooperativismo Agropecuário brasileiro: uma análise comparativa de desempenho e impacto econômico. **VII Encuentro de Investigadores Latino-americanos de La Alianza Cooperativa Internacional**. Chile, 2012.

NYCHAI, L. **Caracterização do modelo de agroindustrialização de pequeno porte voltado à propriedade rural familiar do município de Guarapuava – PR**. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Cooperativismo/ agropecuário. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuario_contexto.asp> Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Panorama do Cooperativismo Brasileiro – Ano 2011. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro__2011.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. 1999. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: UFRGS. 1999. 193p.

_____. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

ZILLI, J. B. **Os fatores determinantes para a eficiência econômica dos produtores de frango de corte: uma análise estocástica**. 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.